

# **A PEC 55 BATEU NA MINHA PORTA E EU OCUPEI! UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS FORMATIVOS NOS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA**

Emmanuele de Nazareth Duarte Oliveira<sup>1</sup>

Daniela Maria Ferreira<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho tem objetivo analisar os processos formativos junto às experiências políticas vivenciadas durante as ocupações das escolas de ensino básico, em Recife, no ano de 2016. Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas com dois estudantes, que na época ocuparam a Escola Municipal Nilo Pereira, com o objetivo de reconstituir os espaços e os saberes socializados ao longo de todo o movimento de ocupação. Os resultados da análise das entrevistas apontam que a socialização política se constitui num importante processo formativo na vida dos indivíduos por provocarem mudanças em suas visões de mundo e em suas atitudes em relação à política.

**Palavras-Chave:** movimento estudantil; socialização política; processos formativos; ocupação.

**Palavras-Chave:** movimento estudantil; socialização política; processos formativos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco; E-mail: dillynazareh@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Centro de Educação, do Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais.

## INTRODUÇÃO

Em sua construção histórica, o campo da educação no Brasil sempre teve significativas contribuições dos movimentos sociais, seja reivindicando melhorias nas políticas públicas, denunciando a precarização que os governos ao longo do tempo sempre impuseram ao campo, entre outras pautas. É neste sentido que os movimentos sociais aglutinam saberes educativos que não se fecham somente a conhecimentos escolares, pois é através de certas práticas educativas que os movimentos sociais se apresentam como espaços formativos e fortalecem as pautas em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

No ano de 2016 ocorreu um grande levante do Movimento Estudantil (ME), em todo Brasil, abraçando as seguintes pautas: a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade; contra a Emenda Constitucional 95/2016; contra Reforma do Ensino Médio (MP 746) e contra o PL (Projeto de Lei) 7180/14, do Movimento Escola Sem Partido, que limita a atuação do professor na sala de aula, além de advogar contra o que denominada de ‘ideologia de gênero’, tal projeto de lei ficou conhecido como a Lei da Mordaça.

O contexto dos movimentos das ocupações secundaristas e universitárias do Brasil de 2016 ocorreu no período pós-impeachment da ex-presidente Dilma Rouseff e da posse de Michel Temer à presidência da República. As mobilizações se iniciaram no estado do Paraná ganhando maior dimensão em outras escolas no Brasil que uniram suas pautas articulando certa convergência na luta política, tal reivindicação passou a ser chamada de “movimentos de ocupações de 2016”.

Em Pernambuco, as ocupações tiveram início nos Institutos Federais, depois Universidades e escolas públicas estaduais, todas tendo como protagonistas estudantes secundaristas e universitários. A primeira escola estadual a ser ocupada, foi a Escola de referência em Ensino Médio Cândido Duarte em 21 de dezembro de 2016; a última dessas escolas a desocupar foi a Escola Municipal Professor Nilo Pereira, cuja ocupação se iniciou no dia 23 de novembro de 2016, tendo seu término no dia 09 de janeiro de 2017 (CARVALHO, 2018).

A Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como PEC da Morte, foi transformada em pauta nacional das ocupações secundaristas e universitárias do ME de todo o Brasil<sup>3</sup>. Neste contexto, a Escola Professor Nilo Pereira da rede municipal de ensino do Recife, também se engajou na luta, sendo ocupada por alunos/as, ou seja, crianças e adolescentes com faixa etária entre 11 a 17 anos, que protagonizaram de forma coletiva um movimento de mobilização organizado em defesa das pautas nacionais e locais.

A escola Professor Nilo Pereira foi a única escola municipal em Pernambuco a ser ocupada. Os/as estudantes organizaram uma mobilização marcada por um modelo de autogestão em que as decisões eram realizadas de forma horizontal, conforme aponta os estudos de Carvalho (2018). Filhos/as da classe trabalhadora, alguns pais se fizeram presentes nas ocupações junto aos seus filhos e participaram, como também discutiram, nos espaços da ocupação as diferentes pautas do ME, a saber: a discriminação da população negra e a LGBT, a defesa da história e da cultura afro-brasileira, a criminalização dos movimentos sociais, a questão das mulheres, entre outras. (CARVALHO,2018)

É partindo desses pressupostos que o presente trabalho tem como objetivo geral compreender os processos formativos junto aos movimentos de ocupação estudantis da educação básica, a partir de um estudo com os estudantes ocupantes da Escola Municipal Professor Nilo Pereira. Como objetivos específicos procuramos: 1) identificar os aprendizados adquiridos durante a ocupação; 2) identificar os significados atribuídos pelos estudantes ao movimento de ocupação que vivenciaram e 3) investigar se os estudantes ainda se engajam e/ou se organizam junto aos movimentos sociais.

Antes de nos determos a fundamentação teórica, faremos um breve histórico das ocupações no Brasil como forma de entender os processos e as pautas para o engajamento e atuação dos estudantes nesses espaços, evidenciando assim, a participação política por meios não institucionalizados. Igualmente, nossa discussão

---

<sup>3</sup> A PEC 55 atualmente Emenda Constitucional 95/2016 é o Novo Regime Fiscal que congela os gastos primários do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, por vinte anos, que direciona ao pagamento das despesas primárias como: água, energia, telefone, limpeza, empresas terceirizadas, etc. Também investimentos em equipamentos e tecnologias diversas e inversões financeiras.

teórica se embasou na literatura que trata da sociabilidade política, especificamente, das pesquisas que analisam os processos formativos junto às experiências políticas em diversos contextos sociais (partidos políticos, movimentos sociais, ONGs etc.).

Como recurso metodológico, realizamos entrevistas semiestruturadas com o objetivo de reconstituir os espaços, identificar os saberes socializados ao longo de todo o movimento de ocupação e os sentidos atribuídos pelos estudantes às suas vivências enquanto ocupantes.

## **OCUPAÇÕES NO BRASIL: LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE**

As lutas em defesa da educação começaram bem antes das manifestações nacionais realizadas através de ocupações estudantis e dos movimentos sociais em 2016. Na história da educação no Brasil podemos elucidar que emergiram inúmeros movimentos de luta: nos anos 60, no período de redemocratização e, em 1992, com as “Caras Pintadas”, entre outros protestos e lutas históricas. Apesar de contextos diferentes, algumas pautas sempre apresentaram convergências como a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

As ocupações igualmente abraçaram as pautas supracitadas. Tais movimentos, segundo Gohn (2016), começaram a aparecer no país a partir da organização de estudantes universitários em 2007 e 2008 pautando melhores condições das universidades na infraestrutura, melhores salários, falta de professores, equipamentos, bibliotecas desatualizadas, refeitórios etc. Um exemplo disso foi em 2008, com a ocupação de reitoria da UNB como forma de denúncia do reitor pelos gastos pessoais com o dinheiro público; fato que foi repercutido pela grande mídia e encerrado com a saída do reitor do cargo (GONH,2016). No âmbito das escolas públicas no Brasil, as primeiras ocupações se iniciaram no ano de 2015, no estado de São Paulo, contra o “Plano de Organização” do governo do estado, que tinha como proposta fechamento escolas, transferindo alunos e professores, superlotando salas e demitindo funcionários.

Em São Paulo, as ocupações tiveram influência do movimento “Revolta dos Pinguins”, ocorrida no Chile em 2006, e que se destacou na mídia internacional. A

revolta aconteceu em função da cobrança de mensalidade aos familiares das escolas subvencionadas. Além de passeatas, as assembleias foram estabelecidas como formas de atuação/deliberação das decisões; tais assembleias formaram politicamente os jovens, possibilitando estes construir juntamente com estudantes argentinos a cartilha do MAL-EDUCADO. (ZIBAS, 2008). A partir dessas contribuições os estudantes de São Paulo traduziram o documento para o português e disponibilizaram para várias escolas ocupadas como forma de unificar a luta. Por meio desta estratégia, obtiveram o retorno esperado com mais de 200 escolas ocupadas, em 2015. O documento é formado por uma linguagem acessível e explicativa, como podemos observar no trecho abaixo:

O objetivo deste texto é explicar o plano de ação para a luta dos estudantes secundarista da cidade. Nossa estratégia deve nos permitir vencer na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas das estratégias. (CARTILHA MAL-EDUCADO,2015)

Os estudantes secundaristas adaptaram a cartilha para o contexto das ocupações, construindo uma unificação nas estratégias de organização dos movimentos, que não possibilitasse a reorganização das escolas. A cartilha, ao ser reelaborado e veiculado em vários espaços dos movimentos estudantis no país, acabou por se transformar em uma ferramenta política importante e contribuiu para os processos formativos dos indivíduos durante as mobilizações nas escolas.

Impulsionadas pelas ocupações ocorridas em São Paulo, secundaristas e universitárias, em 2016, ocorreram diversas ocupações em todo o país com diversas pautas: em Goiás, contra a gestão das escolas; em Mato Grosso, contra a privatização das escolas públicas, no Rio Grande do Sul, em defesa de uma infraestrutura de qualidade; no Rio de Janeiro e no Ceará em apoio ao movimento grevista dos professores. Neste mesmo ano, após impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e posse do seu vice Michel Temer, as ocupações que tiveram maior visibilidade se posicionaram contra a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 241, hoje Emenda Constitucional 95/2016.

Com a forma de resistências dessas ocupações, Pernambuco os estabelecimentos de ensino públicos frente a ameaça da Ementa Constitucional 95/2016 os alunos ocuparam suas escolas, universidades e etc. Os estudantes ocupantes tinham perfis socioeconômicos diversos: classes populares, classe média e filhos de trabalhadores. É

neste sentido que, Carvalho (2016), nos aponta que o movimento de ocupação no Estado, particularmente em Recife, era bastante heterogêneo socialmente: de um lado tínhamos os estudantes da periferia e, por outro, aqueles oriundos da classe média e que juntos se rebelaram em prol de uma gestão escolar mais participativa e contra a aprovação da PEC 55. De acordo com a autora, os engajamentos políticos dos estudantes nos movimentos de ocupação se inserem em um cenário nacional em que,

(...) um governo não eleito, que se ergueu rasgando os 54,5 milhões de votos que elegeram Dilma, abriu esta ofensiva sem precedentes quanto ao seu ritmo e intensidade. Os dois anos de governo Temer, que no momento das ocupações dava seus primeiros passos, já deixaram um rastro de destruição de direitos, aos quais se somam a Reforma Trabalhista, a Lei da terceirização, retrocessos na política agrária, indígena e quilombos, restrição em liberdades democráticas, militarização da política e uma ampla ofensiva privatista. (CARVALHO, 2016, p. 12).

No âmbito educacional, se ecoou também, com grande repercussão nas mídias, a emergência do governo Temer em aprovar a reforma do currículo do Ensino Médio. A reforma previa o aumento da carga horária como forma de melhorias na educação, trazendo como justificativa, por exemplo, o tempo livre dos/as estudantes.

Além do aumento da carga horária, a crítica incorporada pelos movimentos de ocupação à reforma do Ensino Médio também esteve atrelada à extinção das disciplinas de Sociologia e Filosofia e a favor de um formato educacional mais técnico; fato que levou várias instituições, sindicatos e confederações de educação classificar a reforma como uma forma de cercear as potencialidades de um processo formativo crítico do indivíduo.

É nesse contexto de grande movimentação social, que propomos uma reflexão sobre os processos formativos no espaço de socialização política, tomando por caso empírico a ocupação da Escola Professor Nilo Pereira, junto ao Movimento OCUPE NILO PEREIRA.

## **PROCESSOS FORMATIVOS EM ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA**

Para refletir sobre os processos de aprendizagem ocorridos no movimento de ocupação nas escolas em Recife, em 2016, nos apoiamos num conjunto de literatura que procura compreender os processos educacionais em diferentes contextos sociais.

Compreendemos a socialização como um processo a partir do qual o sujeito adquire conhecimentos necessários para viver em sociedade. Isso por que as “ciências sociais designam como socialização o processo que faz com que os homens se tornem seres sociais” (FERREIRA, 1993, p. 34), ou seja, por meio da socialização, a partir das suas demandas individuais e nos contextos nos quais estão inseridos, os indivíduos são capazes de participar ativamente da vida social, com tomadas de decisões, posições e reivindicações.

Como afirma Tomizaki (2016), em seus estudos sobre socialização política, os “diversos processos educativos, [...] se desenvolvem em várias instâncias socializadoras, tais como família, escola, trabalho igreja, universidade e diferentes espaços associativos” (TOMIZAKI et al., 2016, p. 931). É importante compreender que as relações entre a educação e a política não são dissociadas, mas proporcionam a formação do sujeito na medida em que possibilita sua participação enquanto agentes participativos da vida política. Há, nesses espaços de atuação e vivência política, o aprendizado de um conjunto amplo de saberes sociais, políticos e culturais (TOMIZAKI et al., 2016).

Por outro lado, a pesquisadora salienta que, embora a socialização política não esteja à margem das formações gerais dos sujeitos na construção de valores, crenças, hábitos e regras comportamentais, essa socialização é diferente das demais na medida em que permite colocar em questão e reconfigurar valores e comportamentos.

Neste contexto, a socialização política fomenta o debate da participação ativa de todos os sujeitos, promovendo mudanças significativas mesmo entre os indivíduos julgados com pouca complexidade de posicionamento político. É nesse sentido, que a pesquisa de Castro e Grisola (2016) sobre os conflitos intergeracionais nas escolas brasileiras, aponta a necessidade de olharmos para as crianças não mais como um simples agente passivo, fácil a influências internas e externas, sem consciência das suas capacidades em tomadas de decisões. Os autores mostram como as crianças, na medida em que se sentem incomodadas com a postura de docentes e gestores e percebem sua autonomia deslegitimada, acabam por desenvolver um “sentimento de mal estar”; condição subjetiva que as levam a fomentar meios e espaços de organização política. Essa mobilização política se constitui assim num processo por meio do qual as crianças

fazem reflexões acerca dos seus direitos, analisam as posições das instituições e das vivências de controle e constroem nossas possibilidades de participar da vida social.

Os autores afirmam ainda que

“as crianças são indivíduos que, pela sua essência, constroem tanto a si mesmos quanto o mundo que as cercam, mesmo que se imponham restrições à sua ação por fatores como a ordem geracional, a classe, a etnia e o gênero”. (CASTRO e GRISOLA, 2016, p. 973).

Sposito e Tarábolos (2016), ao analisarem os motivos que levam estudantes secundaristas e universitários a se engajarem na militância política, mostram o quanto a inserção em algum coletivo político está fortemente associada à aquisição de recursos culturais fundamentais para sobreviver ao próprio universo escolar. Os estudantes, quando já não estão filiados a alguns partidos, tendem a participar dos movimentos políticos no âmbito da escola e da universidade na medida em que percebem a militância como uma atividade capaz de lhes render certa disciplina de estudo e desenvoltura para explicar suas ideias.

Nessa mesma direção aponta a pesquisa de Baquero et Al (2016) sobre o uso da internet na militância política. Conforme afirmam os autores, a internet se constitui não apenas em uma via de circulação de informação sobre a conjuntura política, abrindo com isso margem para novas formas de participação, criação e atuação política. As atividades de militância desenvolvidas por meio da internet ensinam os estudantes a desenvolver uma maior capacidade de comunicação (uma vez que precisam organizar e mobilizar pessoas para os protestos), de leitura (pois são obrigados a veicular notícia sobre o mundo político) e de argumentação (pois devem criar e emitir opiniões e posicionamentos publicamente nas redes).

Gohn (2006) ao se referir aos processos de socialização política mostra a importância dos processos educacionais não formais para compreendermos a formação de sujeitos ativos e críticos. A autora nos diz que uma das características desse formato de educação é a construção de saberes políticos e culturais permeados por princípios de justiça social, igualdade e solidariedade. Diferentemente do que acontece na educação formal, os conhecimentos socializados em espaços não formais obedecem à uma metodologia que tem por principal característica o acontecer cotidiano,



“(…) à partir “dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas” (GOHN, 2006, p. 31).

A autora ainda enfatiza que metodologia pode ser adaptada e mudada constantemente. É a realidade dos acontecimentos e a necessidade que irão pautar a transmissão e incorporação dos saberes na educação não-formal (GOHN, 2006).

Assim, é refletindo sobre as ações educativas não formais que compreendemos os atos de aprendizagens e os saberes socializados nas diversas formas de atividades políticas.

## **METODOLOGIA**

Como procedimento metodológico para produção de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada<sup>4</sup> com dois estudantes das ocupações da Escola Professor Nilo Pereira e uma observação virtual da página do facebook do movimento OCUPE NILO PEREIRA, em que eram publicadas informações de atividades, notas, situação de necessidades que os estudantes se encontravam, organização do espaço e etc<sup>5</sup>.

As entrevistas tiveram como objetivo reconstituir os espaços e identificar os saberes socializados ao longo de todo o movimento de ocupação, bem como os significados atribuídos pelos estudantes às experiências políticas aí vivenciadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o intuito de analisarmos os espaços existentes, as formas e os conteúdos apreendidos durante as ocupações que ocorreram na Escola Nilo Pereira, o primeiro procedimento de pesquisa adotado foi procurar informações sobre a organização da escola (com a finalidade de dar elementos sobre o ambiente no qual os estudantes

---

<sup>4</sup> Ver Roteiro da entrevista no Anexo I

<sup>5</sup> Embora tenhamos contactado 10 estudantes para a realização de nossas entrevistas, apenas dois alunos se prontificaram, de fato, a conversar conosco. Para preservar as identidades dos sujeitos iremos denominar, um de sujeito A e o outro de sujeito B.

ocuparam) e sobre o perfil sociocultural e educacional dos estudantes com o objetivo de contextualizar os depoimentos coletados via entrevistas.

Assim, na época em que a Escola Professor Nilo Pereira foi ocupada, a instituição atendia os anos iniciais e finais do ensino fundamental. A escola era composta por três banheiros (feminino e masculino) e um exclusivo para direção, biblioteca, cozinha, quadra de esporte, sala da diretoria, sala para os professores e sala de atendimento especial e sete salas de aula.

No que diz respeito às características socioculturais e educacionais dos estudantes entrevistados,

O sujeito A é um estudante do terceiro ano do ensino médio e tem 20 anos de idade. Morador do bairro popular de Casa Amarela, o sujeito A cursou todo seu ensino básico na rede pública. Atualmente mora com seus avós e participa da Juventude do Partido dos Trabalhadores. Já o sujeito B, é uma estudante e tem 16 anos de idade. Sua mãe trabalha como auxiliar de cozinha e toda sua escolarização foi feita na rede de ensino público também. Além de cursar o primeiro ano do ensino médio, o sujeito B participa do núcleo de estudo sobre gênero na escola onde estuda.

## **1. ORGANIZAÇÃO E APRENDIZAGENS NO MOVIMENTO OCUPE NILO**

Como forma de compreender os processos que iniciaram o Movimento OCUPE NILO, investigamos os fatores que levaram os estudantes a ocuparem a escola. Ao questionarmos os estudantes como surgiu a ideia de ocupar a escola e o que teria provocado a ocupação, os estudantes ressaltam a gestão escolar como a principal razão para suas ações. Conforme aponta o sujeito B, as posturas da diretora estariam gerando desconforto entre estudantes a tal ponto que decidiram organizar um debate sobre o tema na quadra de esporte da escola.

“ A gente viu que a escola não estava indo bem. A diretora da escola também estava fazendo muita coisa errada, não estávamos gostando da atitude dela. Então, a gente resolveu chamar todo mundo na quadra - conversar sobre quem queria ocupar a escola e quem não queira - e daí começou tudo, a metade do povo da escola queria ocupar a escola, e aí começou a ocupação”.  
(Entrevista realizada em maio 2019)

A fala do entrevistado B corrobora os resultados da pesquisa de Castro e Grisola (2016) em que apontam o sentimento de mal-estar dos estudantes como um dos

principais motivos que levam os indivíduos a se engajarem politicamente em defesa dos seus direitos. De acordo com os autores, esse sentimento leva os atores sociais a exercerem papel político na tentativa de ter representatividade nos espaços de decisões políticas e com isso mostra a importância de atuação da sociedade civil no que diz respeito às demandas sociais para o bem comum.

Além do sentimento de mal-estar, chama atenção, as experiências de militância anteriores já vivenciadas no âmbito da escola. Por meio da elaboração e circulação de um jornal sobre o contexto educacional e das discussões sobre os efeitos da Emenda Constitucional 95/2016 que os estudantes se apropriam de informações importantes sobre o cenário político da época. De acordo com o sujeito A, os debates para a produção do jornal envolviam um grupo importante de estudantes que, ao longo das ocupações, foram fundamentais na mobilização do movimento na escola.

“Um grupo contendo 10 pessoas passou para conversar comigo e os estagiários, pois tínhamos vistos as outras escolas ocupadas. Os estagiários já vinham do movimento universitário do OCUPE UFPE. Então a gente sentou e conversou. A gente tinha o jornal da escola. Erámos eu, Eduarda, deixa ver quem mais. Nisso a gente debatia dentro, internamente do jornal da escola sobre a PEC”. (Entrevista realizada em maio de 2019).

Os estudantes afirmaram ainda que o apoio de alguns estagiários da escola ligados aos movimentos estudantis da UFPE foi fundamental. Foi graças à antiga estagiária da Escola Professor Nilo Pereira, que os estudantes puderam obter notícias sobre o desdobramento da reforma do ensino médio. A estagiária, supracitada nos depoimentos, foi quem mobilizou a rede de professores do sindicato do Recife (SIMPERE). A palestra promovida pelos professores, bem como as experiências da estagiária, se constituiu em elementos decisivos para formação e tomada de decisão política dos estudantes da Nilo Pereira. Conforme aponta o depoimento do sujeito B, após a palestra e das conversas informais, os estudantes passaram a perceber a ocupação como uma via possível para materializar suas inquietações e reivindicar melhores condições na escola.

“Mas a gente não se calou. Fez assim, vamos convidar o pessoal da SIMPERE, no caso os professores, para fazer uma palestra com os alunos, que deu muita força a gente. Convidamos dizendo “É para fazer uma palestra com os alunos, explicar o que é a PEC, o que é a reforma do ensino médio (...) Teve a primeira reunião, aí a galera não foi. Aí eu e a estagiaria, meio que tinha visto outras escolas, já tinha acompanhado o Cândido Duarte, que foi a primeira escola, tinha pegado as experiências. A gente falou com a galera sobre as ocupações. (...) Aí a galera se organizou e depois tomou a frente do negócio. Cobraram-me: E aí, não vai ocupar? Não vai ocupar não? outras escolas já estão ocupando”. (Entrevista realizada em maio de 2019).

As formas de organização do movimento de ocupação da escola Nilo Pereira também se fizeram cruciais para o aprendizado de uma série de saberes. Além da instauração de inúmeras comissões, como a de limpeza, segurança, comunicação e mobilização, nas quais os estudantes aprenderam não apenas a distribuir e compartilhar tarefas como também aprenderam a cozinhar, a zelar, a ter disciplina e proteger os colegas, os estudantes recorreram às assembleias como instrumento de deliberações coletivo. Por meio das assembleias era decidida a formação das comissões, sua rotatividade, funções, como narra o sujeito A quando questionado sobre o formato de organização do movimento e o que aprenderam.

“Tinham comissões porque a gente já tinha visto do Cândido Duarte. Já vinha a estagiária com a bagagem de lá da UFPE. E aí foi onde eu aprendi as comissões com a estagiária com o pessoal do Cândido que eu tinha acompanhado e daí a gente começou a definir. Fizemos o pessoal tirar a assembleia para poder fazer as comissões, para dizer o que não pode ficar fixo e tem que ser rotativo, todo mundo precisa passar por todas comissões, por todas as área”. (Entrevista realizada em maio de 2019)



Foto da Assembleia realizada na ocupação Nilo Pereira, em 2016.

Fonte: Página do Facebook OCUPE NILO PEREIRA. Acesso em junho de 2019.

Identificamos neste processo de socialização política, em particular, nesse formato de transmissão de saberes, aquilo que Gohn (2006) chama de metodologia de atuação, presente nos processos de ensino não formal. De acordo com a autora, este

método surge a partir das especificidades, compreendendo os problemas e tentando solucioná-los, aprendendo a exercer práticas da cidadania. Nas narrativas dos estudantes analisamos a composição desta metodologia, onde foram inseridas no espaço como os processos de aprendizados vivenciados durante o movimento da ocupação promoveram a incorporação de saberes (valores, visões de mundo e maneiras de fazer) como também possibilitou uma atuação política ativa. Os estudantes ao mesmo tempo em que aprendiam por meio da socialização política também atuavam politicamente.



Foto da Oficina realizada na ocupação Nilo Pereira, em 2016.  
Fonte: Página do Facebook OCUPE NILO PEREIRA. Acesso em junho de 2019.



Foto da Oficina realizada na ocupação Nilo Pereira, em 2016.  
Fonte: Página do Facebook OCUPE NILO PEREIRA. Acesso em junho de 2019

## **2. APRENDIZAGEM DAS AÇÕES EDUCATIVAS NO MOVIMENTO OCUPE O NILO PEREIRA**

Analisando as falas, identificamos o não reforço, por parte dos estudantes, das representações estereotipadas e atreladas ao gênero. Ao responder o questionamento o sujeito A, nos relata que uma atividade doméstica não influencia na sua identidade de gênero, e que também as meninas realizavam tarefas na segurança que são atividades socialmente atreladas a homens.

“Assim, o homem pode fazer tarefas domésticas, como lavar os pratos, pois a mão não cai. Pode varrer uma casa, pode limpar o banheiro. Lá a gente limpava o banheiro, limpava o pátio, passava água. As meninas cozinhavam, vezes as meninas estavam na segurança, tava na comunicação, então foi bem dinâmico e foi ótimo”. ( Entrevista realizada em maio de 2019).



Foto da faxina coletiva realizada na ocupação Nilo Pereira, em 2016.  
Fonte: Página do Facebook OCUPE NILO PEREIRA. Acesso em junho de 2019



Foto da faxina coletiva realizada na ocupação Nilo Pereira, em 2016.  
Fonte: Página do Facebook OCUPE NILO PEREIRA. Acesso em junho de 2019

Já o sujeito B mostra a importância de se posicionar em meios a opressões que são vividas dentro da escola.

“Aprendi que a gente não deve se calar diante das coisas erradas que os diretores e gestores não devem fazer na escola”. (Entrevista realizada em maio de 2019).

O tom crítico assumido pelos estudantes parece se constituir num dos principais aprendizados em função da experiência junto ao Movimento OCUPE O NILO. Na página de facebook, dedicada ao movimento e que observamos, aponta como os debates promovidos durante a ocupação (Roda de diálogo sobre arquitetura e cidadania; Oficina de jardinagem; Roda de diálogo sobre racismo; Feijoada Coletiva; Treino de Futebol; Cine debate “Lute Como Uma Menina”; Aula pública sobre a PEC 241 e MP do Ensino Médio) se constituíram em espaços para os estudantes refletirem sobre suas práticas e as práticas da gestão da escola.

De acordo com os diálogos analisados na página, pode-se perceber como a troca de experiências e saberes no movimento de ocupação contribuíram na construção de argumentos mais críticos e assertivos em relação ao cenário político da época e da própria maneira de funcionamento da escola.

O movimento ainda proporcionou ainda aos estudantes o conhecimento mais sistematizado sobre o funcionamento das instituições públicas uma vez que precisavam se resguardar juridicamente. É nesse sentido que Gohn (2006) nos aponta que os movimentos sociais relacionados à luta pela educação possibilita aos sujeitos uma construção de políticas emancipatórias.

### **3. OS EFEITOS DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA NO MOVIMENTO OCUPE O NILO**

Buscando entender os efeitos da experiência junto ao Movimento OCUPE NILO PEREIRA questionamos os estudantes sobre como eles se percebiam hoje, após a vivência nas ocupações. Indagamos sobre o que eles levam como bagagem (aprendizado) para vida de cada um. Entre os valores socializados e considerados importantes pelos entrevistados temos a coletividade, o fortalecimento da luta pelo não desapontamento com os companheiros em uma união e a camaradagem.

“Cara a grande contribuição foi a união. Todo mundo poderia dizer o que não faltava dentro da ocupação era a união. O “ninguém solta a mão de ninguém”, representava muito nossa prática, onde ninguém soltou a mão de ninguém, que a gente era muito unido apesar das nossas brigas internas, era uma união grande”. (Entrevista realizada em maio de 2019)



“Aprendi que a gente sempre tem que lutar, né? Por melhoria na escola e em outros lugares também. A ocupação ajudou muito, deu força à muita gente que era fraca, que queria se transformar e a família não deixava, a ocupação foi um lar para todo mundo”. (Entrevista realizada em maio de 2019)

Como apontam Sposito e Tarábola (2016) quando o sujeito deixa suas percepções individuais para adotar a de um grupo, construída coletivamente em torno de ações e tarefas concretas, os indivíduos tendem a formar posições mais engajadas e menos individualizadas.

Dentro desses processos de atuação política nos movimentos de ocupação junto ao ME, ficamos inquietas para sabermos se os sujeitos ainda participam de algum movimento social. Os dois entrevistados afirmaram continuar militando. Enquanto o sujeito A é militante da Juventude do Partido dos Trabalhadores, o sujeito B atua dentro da escola no núcleo de gênero.

“Me organizo, faço parte da JPT, faço parte da JAICA, articulação de esquerda da EDEM do PT e a gente vai sobrevivendo nos espaços como pode”. (Entrevista realizada em maio de 2019)

“Na escola. Em um núcleo de gênero e eu participo”(Entrevista realizada em maio de 2019).

Percebemos nas falas dos entrevistados a necessidade de se organizarem e continuarem lutando por seus direitos. Assim podemos caracterizar que o agir político, tende, de acordo com a vida social, a impulsionar o militância, como nos apontam Sposito e Tarábola (2016).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Na forma de falar, no jeito de ser. Eu era bem diferente de me posicionar”.  
(Entrevista realizada em maio de 2019)

É partindo desta resposta do sujeito B que finalizamos a presente reflexão sobre os processos formativos no movimento estudantil da educação básica. Nosso estudo mostra, conforme podemos acompanhar ao longo do texto, como a participação no Movimento OCUPE NILO PEREIRA se constituiu em um importante processo formativo, permitindo aos indivíduos uma reflexão sobre suas ações no plano político na medida em que articularam e construíram vários espaços de luta e protagonismo.

Os significados atribuídos pelos sujeitos ao movimento de ocupação foram a força, a união, a coletividade e a “quebra” dos valores tradicionais. Além disso, a socialização política promovida pelo Ocupe Nilo Pereira permitiu também os sujeitos desenvolverem questionamentos mais críticos em relação aos debates sobre gênero, relações étnico-raciais, a responsabilidade socioambiental e políticas públicas.

Por fim, com essa pesquisa entendemos que os processos educativos não precisam estar desassociados (se é que é possível dissociar) da vivência política na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **PEC 241/55: a “morte” do PNE(2014- 2014) e o poder de diminuição dos recursos educacionais.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação Periódico Científico editado pela ANPAE. v- 23, n 3 p 653-673. Set/dez. 2016. Disponível em:<<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70262>

BAQUERO,Marcelo;BAQUERO,Rute Vivian Angelo; MORAIS,Jennifer Azambuja de. **Socialização Política e Internet na Construção de uma Cultura Política Juvenil no Sul do Brasil.**Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 137, p.989-1008, out-dez, 2016.

CASTRO, Lucia Rabello de; GRISOLA, Felipe Salvador. **Subjetivação Pública ou socialização Política? Sobre as Articulações entre o “Político” e a infância.** Soc., Campinas, v. 37, nº. 137, p.971-988, out-dez, 2016.

CARVALHO,Soraia de. **“Bora Ocupar”:** um balanço das ocupações de escola em Recife.p1-

23.2018.Disponívelem:<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZAqCCN\\_4TPMJ:www.iassc2018.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjM6IjE2NyI7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiIyZDQyMmFIMzdlYWYzMzljYWFiZDlmNDY5NDZINCIF7fQ%253D%253D+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZAqCCN_4TPMJ:www.iassc2018.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjM6IjE2NyI7fSI7czoxOiJoIjtzOjMyOiIyZDQyMmFIMzdlYWYzMzljYWFiZDlmNDY5NDZINCIF7fQ%253D%253D+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

CARTILHA “Como Ocupar um Colegio?”. Disponível em: <[HTTP://gremiolivre.wordpress.com](http://gremiolivre.wordpress.com)>.

FERREITI, Celso João. SILVA,Mônica Ribeiro de. **Reforma do ensino Médio do Contexto da Medida Provisória Nº 746/2016: Estado, Currículo e Disputas por Hegemonia.**Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 137, p.385-404, abr.-jun., 2016.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e lutas pela Educação no Brasil: Experiencias e Desafios na Atualidade**. Reunião Científica Regional ANPED. 24 a 27 jul/2016. UFPR- Curitiba/ Paraná. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf>>

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval.pol. públ. Educ., Rio de Jan. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405/>>

JANÚARIO, Adriano; CAMPOS. Antonio Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Morreto. **As ocupações de escolas em São Paulo(2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social**. Revista Fevereiro, 2016. Disponível em:<<http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf>>

MACEDO, Regina Moura;ESPINDOLA,Neila Monteiro Monteiro; RODRIGUES, Allan Carvalho.“**Não é só pelo diploma**”. **As ocupações das escolas e os processos curriculares**. Revista e Curriculum, São Paulo, v. 14, n. 04, p 1358-1476, out/dez.2016. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30018>>

PAES, Bruna Teixeira; PIPABO, Isaac. **Escolas e luta: cenas de política e educação**. Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.19, n.1,p 3-25, jan/mar.2017. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647799>>

SPOSITO, Marilia Pontes; TARÁBOLA,Felipe de Souza. **Experiência Universitária e Afiliação: Multiplicidade, Tensões e Desafios da Participação Política dos Estudantes**. Soc., Campinas, v. 37, nº. 137, p.1009-1028, out-dez, 2016.

TOMIZAKI,Kimi; SILVA,Maria Gilvania Valvino; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho. **Socialização Política**. Educ.Soc.,Campinas,v.37,nª.137,p929-934, out-dez,2019.

ZIBAS, Dagmar M. L.. "**A Revolta dos Pingüins**" e o novo pacto educacional chileno. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.38, pp.199-220. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>.

## **ANEXO I**

### Roteiro da Entrevista

- Como era o dia a dia?
- Como vocês se organizavam?
- De onde surgiu a ideia das assembleias?
- Quem ensinou a fazer as assembleias?
- Alguém já sabia fazer as assembleias?
- O que vocês discutiam nas assembleias?
- O que vocês aprenderam nas assembleias?
- Como foram criadas as comissões?
- De onde surgiu a ideia de criar as comissões?
- Como era a rotatividade das comissões?
- O que vocês aprenderam na comissão?
- Os pais o que eles faziam na ocupação?
- O que os pais contribuíam dentro da ocupação? Eles também organizavam as assembleias e tinha poder de deliberação?
- O que os secundaristas e universitários ajudaram?
- Só foram os estudantes da escola que ocuparam?
- O que a comunidade em torno da escola dizia sobre a ocupação?
- Como era o tratamento das meninas e dos meninos dentro da ocupação?
- A direção da escola como agia diante da ocupação? Apoiavam?
- Os professores apoiavam a ocupação?
- Os funcionários (terceirizados) como eles se posicionaram?
- De tudo que você viveu na ocupação, o que foi mais importante?

